

o produtor já foi expropriado ou encontra-se próximo de que isso ocorra. Nas demais lutas, a expropriação é uma ameaça mais distante. Porém, no limite, lutar por melhor remuneração do produto, ou seja, pela ampliação das margens de apropriação dos frutos do trabalho, significa lutar para manter a condição social de produtor.

As lutas, portanto, apesar de sua diversidade, contêm elementos de unidade importantes para o avanço da consciência coletiva e do processo de organização no campo. E, embora nem sempre os objetivos imediatos sejam alcançados, apresentam um ganho fundamental, reconhecido por todos que delas participam, a cada nova mobilização: o processo de aprendizado de como lutar e fazer valer seus interesses, o que significa, muitas vezes, ter que "cruzar com a trilha da luta sangrenta".

Assim, a revolta de 57 e as lutas no campo, hoje, principalmente a luta dos sem-terra, têm muito em comum. E se, passados 30 anos, o Sudoeste recupera sua história através da reconstrução do movimento, é porque ele tem muito a ver com o que ocorre hoje na região. Nada

mais importante do que entender o passado para poder viver o presente e preparar o futuro de forma consciente.

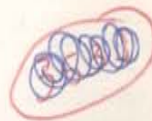
NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. *Movimentos rurais do Paraná. In: Movimentos sociais no campo. Curitiba, Criar, 1987. p. 15.*
- 2 FERREIRA, p. 15.
- 3 ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense. São Paulo, 1981. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo, p. 124.*
- 4 PAULA, Nilson M. de. *Os camponeses e a intermediação comercial: um estudo sobre as relações mercantis dos pequenos produtores do sudoeste paranaense. Curitiba, 1983. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 139.*
- 5 ABRAMOVAY, p. 144.
- 6 ABRAMOVAY, p. 155.
- 7 GRZYBOWSKI, Cândido e DELGADO, Nelson. *Organização social dos produtores e trabalhadores rurais e as alternativas de desenvolvimento do setor agrícola. (Documento para o seminário Franco-brasileiro de Cooperação Técnico-científica para a Agricultura). Curitiba, 1985. p. 2-3.*
- 8 MEDEIROS, Leonilde S. *Movimentos sociais no campo II. In: Seminário Nacional "a questão da terra". Porto Alegre, Comissão de Agricultura e Pecuária, 1981. p. 217. Debatedora.*

- 9 FERREIRA, p. 37.
- 10 FERREIRA, p. 133.
- 11 ABRAMOVAY, p. 177.
- 12 FERREIRA, p. 46.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa o sudoeste paranaense. São Paulo, 1981. 274p. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo.*
- 2 FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. *Movimentos sociais rurais no Paraná. In: Movimentos sociais no campo. Curitiba, Criar, 1987. p. 9-50.*
- 3 GOMES, Iria Zanoni. *1957: A revolta dos posseiros. 2 ed. Curitiba, Criar, 1987. 123p.*
- 4 LAZIER, Hermógenes. *A estrutura agrária no sudoeste do Paraná. Curitiba, 1983. 171p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.*
- 5 PAULA, Nilson Maciel de. *Os camponeses e a intermediação comercial: um estudo sobre as relações mercantis dos pequenos produtores do sudoeste paranaense. Curitiba, 1983. 273p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.*



PEQUENA PRODUÇÃO: família e patrimônio - duas noções ainda pouco estudadas

José Miguel Rasia*

Dia 16 de outubro, comemorar-se-á o Dia Internacional da Alimentação, instituído pela FAO. Os eventos que marcam este dia devem ter, por sugestão da própria FAO, suas atenções voltadas à problemática dos pequenos agricultores. Nesse sentido, *Análise Conjuntural* publica esse artigo, discutindo as condições de reprodução da pequena produção no momento em que o capitalismo avança no campo.

Quando se pensa a produção familiar, a pequena produção, em geral a família aparece como responsável pelo trabalho e sua realização e enquanto instância de socialização da criança, os futuros trabalhadores. Na maioria dos estudos, pensa-se a família como núcleo de coesão social, de solidariedade e de cooperação, desbocando-se na discussão da família como núcleo de reprodução ideológica do trabalhador.

Se esta é uma função importante e até certo ponto conhecida, o que se quer propor para discussão é uma outra dimensão da família, ou seja, a de categoria econômica. Para tanto, faz-se necessário considerá-la como núcleo de reprodução material do trabalhador rural e de si mesma.

Na pequena produção, trata-se de entender a família enquanto núcleo de reprodução material do trabalhador, o pa-

trímônio — principalmente a terra — como seu substrato e as estratégias acionadas em seu interior para viabilizar essa reprodução. Em contraposição, para a grande produção, o problema da reprodução se coloca enquanto reprodução da empresa capitalista. Assim, a noção de patrimônio cede lugar à de riqueza, de capital. A terra é reproduzida enquanto mercadoria e não enquanto meio de vida. As ambigüidades que marcam a terra e o patrimônio — meios de vida e capital —, segundo as representações dos pequenos produtores, desaparecem na grande produção. O processo de trabalho não é um meio utilizado para ocupar a mão-de-obra familiar e criar meios de vida e valor, mas sim um processo de valorização do capital. A troca, permeando a unidade de produção como um todo, reduz o espaço de atuação das determinações extra-econômicas que virtualmente estejam presentes na grande produção.

A reprodução social da família na pequena produção só se viabiliza à medida que essa consegue transformar parte do valor produzido em seu interior em patrimônio. Assim, uma primeira questão a ser discutida, talvez a questão central deste texto, é como se constitui o patrimônio familiar nas pequenas unidades de produção, quais são seus componentes e como são representados pela família.

Entendendo-se, provisoriamente, pa-

trímônio como o conjunto dos meios materiais que viabilizam econômica e socialmente a existência da família, é necessário estar-se atento para apreender quais determinações são incorporadas na formação e na constituição desse conjunto de meios. Nesse sentido, a formação do patrimônio familiar parece passar por mecanismos ou determinações não somente econômicos, mas também culturais, constituintes da forma de ser do pequeno produtor. É na conjunção dessas determinações que se define a condição de produtor familiar, de pequeno produtor, e que este se constitui enquanto categoria social. Essa afirmação, se verdadeira, remete a questão para a discussão das relações que se estabelecem entre capital e patrimônio e, principalmente, para a representação que a família possui dessa relação e de cada um dos termos que a compõem.

Pode-se levantar aqui uma hipótese sobre essa representação: os produtores familiares nem sempre identificam capital e patrimônio. Quando existe a identificação, esta é mediada pela relação de troca que se impõe como elemento ordenador da relação entre trabalho familiar e mercado. Porém, o que parece predominar na relação entre capital e patrimônio é uma oposição, à medida que a noção de patrimônio expressa um conjunto de meios de vida, e, enquanto tal, não é per-

* Técnico da equipe permanente desta publicação.

passada pela relação de troca, não constituindo uma expressão puramente monetária.

Assim, ao mesmo tempo em que patrimônio e capital podem ser equivalentes, são também noções diferenciadas, visto que representam para o produtor realidades distintas: uma delas completamente permeada pela troca e outra, referenciada não pela troca com o mercado, mas pela produção da própria vida. A identificação primeira é, portanto, entre patrimônio e meios de vida e decorre, principalmente, dos estreitos limites econômicos nos quais a família se movimenta. Nesse sentido, a hipótese se completa, apontando para o patrimônio como uma noção na qual predominam determinações de ordem extra-econômica.

Como elemento explicitador dessa hipótese, pode-se tomar a relação do trabalhador familiar com a terra. Esta incorpora uma dimensão econômica, à medida que, como mercadoria, pode ser virtualmente reduzida a uma expressão monetária. Porém, ao mesmo tempo, a terra é também meio de vida e, nesse sentido, reduzi-la a uma expressão monetária significa inviabilizar a condição de pequeno produtor, visto que ela é o elemento material fundante, por excelência, dessa categoria social.

A terra, ao se apresentar aos olhos do pequeno produtor como meio de vida, funde sua história com a história pessoal e familiar, tornando-se muito tênues os limites entre uma e outra; exemplo disso é o apego do pequeno produtor à terra, não a qualquer terra, mas àquela que o "viu nascer", na qual aprendeu a trabalhar e na qual trabalharam seus ancestrais: *o apego à terra onde os ancestrais estão enterrados repousa na consciência de uma continuidade cósmica quase natural, que nos torna tributários dos que nos precederam. O apego à casa, à terra, ao território e aos costumes aí adquiridos repousa nesse caráter sagrado*¹ que a terra, enquanto meio de vida, tem para o produtor familiar, percorrendo, nesse caso, um movimento contrário ao dos demais elementos de uma sociedade que se fundamenta numa sociabilidade cujas relações podem ser reduzidas à troca. A terra passa, portanto, por um processo de sacralização, enquanto principal componente do patrimônio familiar e é pela sua propriedade que se gera a identidade social do produtor familiar.

Dessa forma, todos os processos sociais que impliquem a separação ou perda da propriedade, por parte do pequeno produtor, têm no limite a destruição de sua identidade social. Assim, não são somente as referências pessoais e familiares que se imprimem na terra, nem tampouco as trajetórias sociais dos indivíduos, mas a história da constituição de uma categoria social.

A terra, por si só, não é suficiente para realizar a reprodução social da família. O patamar social em que essa se viabiliza exige, hoje, a incorporação de tecnologia moderna ao processo de produção. Isso implica a necessidade de se ampliar a no-

ção de patrimônio, que passa a compreender não só a terra, as benfeitorias e os animais, mas também o instrumental de trabalho. Esses elementos, ao serem incorporados ao patrimônio familiar, diferentemente da terra, são realizados de forma muito particular: como componentes do processo de produção se desgastam ou se tornam obsoletos ao longo do tempo. Através deles, mas nunca neles, pode o pequeno produtor se reproduzir no tempo. Com a terra, a situação é diferente; o horizonte infinito de sua durabilidade e seus possíveis usos asseguram, na representação do pequeno produtor, sua reprodução *ad infinitum*.

Hoje, a terra, por si só, não é suficiente para realizar a reprodução social da família, sendo necessária a incorporação de tecnologia moderna ao processo de produção.

Porém, independente de qualquer apresentação, as possibilidades de a terra reproduzir a família como unidade de produção estão diretamente relacionadas à capacidade de o pequeno produtor reproduzir a própria terra, mantendo sua propriedade e sua fertilidade. Como meio de vida ou como capital, a terra não se reproduz por si mesma, sendo importantes as estratégias que se acionam para fazer frente a um processo de diferenciação social que poderá resultar na proletarianização do pequeno produtor, no qual a incorporação de tecnologia moderna é determinante.

Se os instrumentos de trabalho, os animais e as benfeitorias são parte especial do patrimônio, com vida útil determinada, o dinheiro que sobra ao final de cada ciclo de produção não é necessariamente caracterizado como patrimônio. É, isto sim, entendido como condição necessária para o acesso a bens que correspondam à noção de patrimônio, segundo a ótica dos produtores.

Embora operando com uma noção de patrimônio tão particular que chega a sacralizar a terra, os pequenos produtores estão imersos no círculo da produção de mercadorias e, portanto, no processo geral da acumulação capitalista. Dessa forma, são diretamente afetados pela política agrícola, só se viabilizando à medida que conseguem manter níveis de produtividade que correspondem aos níveis médios determinados pelo conjunto dos fatores econômicos e sociais. Assim, estão, como já se disse, sujeitos a um processo de diferenciação social.

Concorrem para esse processo a extensão da terra, como um dos elementos fundamentais, o nível de modernização e a produtividade da unidade familiar de produção. O uso de tecnologia moderna no processo de produção melhora não só a produtividade, como também as condições gerais de realização da produção e

de vida da família. Considerando-se as situações em que a fronteira agrícola já está esgotada, a reprodução da pequena produção só pode se viabilizar mediante a intensificação da base técnica — a incorporação de tecnologia ao processo de produção. Isso, porém, pode trazer problemas à pequena produção, à medida que o uso de tecnologia moderna pode resultar em liberação de parte da força de trabalho familiar do trabalho rural e subordinação cada vez mais estreita ao capital financeiro e industrial.

A composição do patrimônio familiar, assim constituído, permite que se percebam diferenciações internas na pequena produção. Produtores com propriedades de igual tamanho podem se diferenciar a partir das condições de produtividade do solo, do trabalho e do uso mais ou menos intenso de tecnologia. No limite, o tamanho da família — o número de pessoas que têm sua reprodução diretamente associada à da condição familiar — influencia decisivamente a diferenciação. Assim, o estudo do patrimônio pode auxiliar no estabelecimento dos traços que identificam, genericamente, os pequenos produtores, sem porém torná-los iguais: trabalho familiar, domínio de um saber específico sobre a agricultura, produção para o mercado e um conjunto de valores que são transmitidos de geração à geração.

Essa discussão estabelece dois problemas básicos da pequena produção: constituição e representação do patrimônio e suas relações com o capital e a reprodução da unidade de produção familiar.

Parece ser importante retomar a questão da reprodução, estabelecendo-se que esta não é uma reprodução simples de meios de vida. O que, de fato, precisa ser reproduzido pelos produtores familiares são as condições gerais de produção num nível socialmente determinado. Isto coloca para o pequeno produtor os limites e as barreiras que ele precisa romper ao final de cada ciclo de produção para sua continuidade enquanto tal.

Essa situação se complica, à medida que novos trabalhadores adultos da família precisam ser incorporados ao trabalho. Dado que nem sempre é possível a expansão física da propriedade, o produtor familiar precisa engendrar estratégias que lhe permitam incorporar os novos trabalhadores dentro do patamar tecnológico exigido socialmente. Além disso, a constituição de novas famílias, através do casamento dos filhos, pode agravar a situação, visto que implica a manutenção de mais pessoas nos limites estreitos da pequena propriedade.

Outra agravante constitui a morte de um dos cônjuges, quando o pequeno produtor precisa enfrentar um processo de transmissão do patrimônio que pode desagregar completamente a família, à medida que a cada herdeiro caberá uma pequena fração, inviabilizando, muitas vezes, sua reprodução; ou como diz Wolf:

Cada substituição de um membro da velha geração por outro coloca em questão a existência da unidade familiar componesa como estava consti-

tuída previamente. Como conseqüência, a sucessão é regulada por normas especiais. De grande importância são aquelas que governam a herança, regulamentando a passagem de recursos sob seu controle, do velho ao jovem.²

Assim, que estratégias podem ser acionadas no interior da pequena produção para permitir sua reprodução?

Para se entenderem as estratégias de transmissão do patrimônio, talvez seja necessário considerar-se a representação que a família faz de si mesma enquanto grupo social sujeito às normas e controles vigentes. Fundamentalmente, o que regula a sucessão parece ser o conjunto das relações sociais e econômicas em que se encontram imersos os produtores familiares. Assim, que formas assume a transmissão da herança entre pequenos produtores?

Uma das hipóteses é o predomínio da herança por partilha, pela qual todos os filhos são herdeiros, independentemente do sexo ou da ordem de nascimento. Uma variante é os filhos do sexo masculino receberem, por ocasião da partilha, uma porção maior da terra. Casos de exclusão da herança são bastante raros e, quando ocorrem, envolvem famílias que profissionalizaram os filhos para o mercado de trabalho urbano através da escola ou de outras vias.

As formas de transmissão da herança podem revelar o dilema que o produtor

familiar enfrenta a cada nova geração:

- repartir a unidade familiar entre os filhos e, ao mesmo tempo, destruí-la, já que as propriedades que resultarem da divisão serão tão pequenas que inviabilizarão sua reprodução enquanto pequeno produtor;
- repartir, de forma restrita, a propriedade, excluindo alguns filhos do processo.

Da alternativa a pode decorrer a criação de um número cada vez maior de proprietários, obviamente menores que o pai, sujeitos, portanto, a condições sociais e econômicas inferiores. Concretiza-se, aí, um processo de diferenciação social com desintegração para baixo, que, no limite, pode significar a proletarianização do pequeno produtor.

Da alternativa b pode decorrer a exclusão de alguns filhos do processo de herança, que são profissionalizados para o mercado de trabalho urbano. Essa exclusão permite, em certa medida, aos herdeiros a continuidade na condição de pequeno produtor.

Essas alternativas associam-se, às vezes, ao casamento, outra hipótese possível para reprodução do pequeno produtor. O casamento pode funcionar como estratégia de aquisição da propriedade nas situações em que a família da noiva necessita do trabalho do genro para realizar a produção, por não ter filhos do sexo masculino, ou por tê-los, porém em idade que

impeça seu aproveitamento pleno no trabalho. A associação do genro com o sogro permite àquele a obtenção das primeiras economias para adquirir sua propriedade, mesmo pequena.

O casamento pode funcionar, ainda, como estratégia de expansão da propriedade, via herança, hipótese mais provável. Nesse caso, um homem com uma pequena herança casa-se com uma mulher também herdeira. Dessa fusão resulta um pequeno produtor que poderá se tornar viável econômica e socialmente.

Concluindo, a formação e a propriedade de um patrimônio expressam, em certa medida, a constituição de uma determinada categoria social — a de produtor familiar. Seu estudo, se possibilita recuperar a história dessa categoria social e sua atuação no mundo da produção, revela sua fragilidade na presença e sob o domínio do capital. A cada nova geração e a cada mudança na base técnica de produção — que elevam as exigências de produtividade das pequenas unidades familiares —, coloca-se a questão da descoberta de estratégias que viabilizem sua reprodução.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- MAFESOLI, M. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro, Rocco, 1984, p.54.
- WOLF, E. R. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, 1970, p. 103.

COMPLEXO SOJA NO PARANÁ: situação atual

Maria Lúcia Urban*
Nádia Z. Raggio**

A partir da década de 70, tanto a nível nacional quanto estadual, estreitaram-se as relações entre agricultura e indústria, consolidando o funcionamento dos complexos agroindustriais.*** O complexo soja inclui-se nesse conjunto com as atividades de produção agrícola e de processamento industrial, este em dois níveis: esmagamento e refino.

Esse complexo é uma fração do segmento agroalimentar da indústria paranaense, composto por vários outros que também se modernizaram na década de 70. Entre os de maior peso, além da soja, estão os de beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares, de abate de animais, conser-

vação de carnes e fabricação de rações.*

O complexo soja destaca-se em função de ser novo na estrutura produtiva do Estado e, principalmente, um dos mais dinâmicos, tendo sustentado parte significativa do crescimento do PIB nesses últimos 15 anos. Ademais, desempenhou um papel muito importante na reorganização dos serviços de apoio à produção, como os sistemas de comercialização e infra-estrutura em geral (armazenagem, transporte, sistema portuário, etc.), com efeitos cumulativos bastante expressivos.

Este artigo pretende apenas apresentar os fatores que garantiram e/ou impulsionaram o desenvolvimento do complexo soja no Estado, assim como sua situação atual. Esses parâmetros serão referências para que se levantem, num próximo artigo, as perspectivas do setor,

tendo em vista as tendências de novas fronteiras para a produção agrícola e de alterações no mercado nacional e internacional para os produtos dessa indústria.

Um primeiro fator que possibilitou o dinamismo agroindustrial da soja no Paraná foram as condições favoráveis para a expansão da matéria-prima. O Estado já possuía uma infra-estrutura básica, resultante da economia cafeeira, e uma agricultura mercantil capaz de incorporar a soja que, desde o início do seu cultivo até meados de 80, contou com preços internacionais bastante favoráveis, um pacote tecnológico disponível, que garantiu níveis de rendimentos competitivos, e volumes significativos de crédito subsidiado.

Essa situação propiciou uma explosão da área cultivada, com um aumento em torno de 1.600 mil ha num período de dez anos, transformando a soja no principal produto da pauta agrícola paranaense. Esse incremento foi mais acelerado até meados da década de 70, embora o Paraná tenha se mantido como grande produtor brasileiro até meados da de 80; em 1980, o Paraná produzia 4,4 milhões de toneladas, ou seja, um terço da produ-

* Técnica do IPARDES.

** Técnica da equipe permanente desta publicação.

*** O estudo "Paraná, economia e sociedade" descreveu esse processo e seus reflexos sobre a estrutura econômica, apontando que, à medida em que avança a industrialização, a partir do Plano de Metas, os produtos agrícolas passam a ser cada vez mais industrializados antes de atingir o consumidor e a indústria passa a estabelecer relações mais diretas de compra da produção ou de venda de seus produtos, junto à agricultura (IPARDES — Fundação Edison Vieira. *Paraná: economia e sociedade*. Curitiba, 1982. 72p. Convênio SEPL/IPARDES).

* Essa informação está presente no estudo "Estratégias Técnico-Econômicas à Indústria de Processamento de Oleaginosas no Estado do Paraná", que teve como objetivo principal analisar a evolução do complexo oleaginoso no Estado. Deste foram retiradas várias informações que subsidiaram o artigo. (IPARDES — Fundação Edison Vieira. *Estratégias técnico-econômicas à indústria de processamento de oleaginosas no Estado do Paraná*. Curitiba, 1986. 277f.).